

20. ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇA E DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:

Submete-se à consideração do Executivo a proposta de isenção de taxas de licença e de ocupação de espaço público – tapumes e andaimes para realização de obras de reconstrução do imóvel sito na S.Vitor, em Braga, no valor total de 1751,96 €, em que é requerente – processo nº 159/2017.

Tem informações técnicas favoráveis da DMG e da DMUOP.

Nº Informação: 1893

Data: 20/01/2020

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 159/2017 - com o número de identificação fiscal - taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público (tapume e andaimes) para realização de obras de reconstrução do imóvel sito na Freguesia de S. Victor, Braga, no valor total de 1.751,96€ (mil e setecentos e cinquenta e um euros e noventa e seis cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de comunicação prévia: 98,65€
- ii) Prazo da licença (24 meses): 358,80€
- iii) Áreas de construção: 443,75€
- iv) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- v) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- vi) Tapume: 62,48€
- vii) O.E.P. (6,50m²): 15,93€

Total = 1.093,21€

Após pedido efetuado pela requerente (E/13077/2019), foi deferido o pedido de emissão de alvará de licença de Ocupação da Via Pública. Segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas:

- i) Emissão de alvará de licença (O.E.P.): 98,65€
- ii) Prazo da licença (6 meses): 89,70€
- iii) Tapume: 374,85€
- iv) O.E.P.: 95,55€

Total = 658,75€

TOTAL = 1.751,96€

Consultada a conta corrente da requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através das informações n.ºs 1227, de 11 de janeiro de 2019; 22011, de 18 de julho de 2019; e 26575, de 03 de setembro de 2019.

JB

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Utilizador: